

SOBRE “A CRISE NA EDUCAÇÃO”: UMA REFLEXÃO SOBRE A ESSÊNCIA DA EDUCAÇÃO EM HANNAH ARENDT

Rafael de Campos¹

RESUMO

A Educação é a mais importante área de aprendizado relacionado ao convívio entre os seres humanos. Não apenas uma área, é também o meio em que a formação civil das crianças e jovens se dá; onde são ensinados e aprendem para a atuação num mundo criado por todos os que os sucederam. Hannah Arendt escrevendo sobre a crise na educação americana aponta algumas críticas ou “ideias-base” acerca de como tem se desenvolvido a educação em tempos modernos – o que ela também concorda ser tempos sombrios. Sua reflexão engloba o contexto educacional norte-americano mas, em linhas gerais, concordamos haver uma ressonância com o sistema educacional como um todo. Isso porque Arendt não escreve sobre Educação para garantir alguma metodologia em especial. Sua crítica permanece vital ao nosso contexto, simplesmente, porque pensa abordar a crise educacional a partir de sua essência.

Palavras-chave: Hannah Arendt. Crise. Educação

ABSTRACT

Education is the most important area of learning related to the interaction between humans. Not just one area, it is also the environment in which civil education of children and young people gives; where they are taught and learn to acting in a world created by all those who succeeded them. Hannah Arendt writing about the crisis in American education points to some criticism or "basic ideas" about how education has developed in modern times – she also agrees to be dark times. Their reflection encompasses the American educational context but, in general terms, we agree to have a resonance with the educational system as a whole. This is because Arendt does not write about Education to guarantee any particular methodology. His criticism remains vital to our context, simply because it intends to approach the educational crisis from its essence.

Keyword: Hannah Arendt. Crisis. Education

INTRODUÇÃO

Hannah Arendt, segundo consta em biografias, nasceu em 1906 em Lisben, Hannover, a leste da Alemanha. Faleceu em 1975 em Nova Iorque. Foi uma das poucas vozes femininas do século XX a opinar sobre aquilo que considerou como “tempos/anos sombrios”.

¹ Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Licenciado em Filosofia pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário Cesumar (Unicesumar) e Curso Livre em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de Presidente Prudente.

Conhecida por sua monumental obra *Origens do Totalitarismo*, se tornou alvo de inúmeras críticas em solo americano. Suas opiniões, pessoais e políticas, geraram publicações tidas como controversias: um desses textos, *Reflexões sobre Little Rock*, é um artigo que precisou ser repensado, o que deu origem ao texto *A Crise na Educação*, do qual iremos abordar (Cf. YOUNG-BRUEHL, 1997; ADLER, 2014).

É de grande relevância pensar a Educação a partir do pensamento de Hannah Arendt. Interessante é saber que Arendt escreveu somente um texto acerca da educação contemporânea – texto esse que problematiza a *essência da educação* como um todo.

Visto que, como teórica política e de formação filosófica e teológica, soube discernir a crise presente no contexto cultural norte-americano no século XX, apontando não apenas para a abertura do sistema educacional às metodologias que dispensavam o compromisso com a prática conservadora sobre o educar, mas indagando acerca da essência – àquilo que é inerente à prática da Educação, colocando o dedo na ferida do povo americano que sonhava em se estabelecer como uma Nova Ordem Mundial.

Partindo do fio condutor, onde se diz que a crise vai “para além da espinhosa questão de saber porque razão o Joãozinho não sabe ler” (ARENDR, 2011, p. 222), a autora faz críticas cruciais aos diversos aspectos que corroboram para a instabilidade contemporânea (de seu contexto e que ressoa até nós). Esse fio condutor, o da tentação de querer enfrentar a crise como algo que não passa de um problema específico e delimitado de uma nação (ARENDR, 2011), extrapola, em sua visão, para além: seria, então, uma crise referente à tradição e a autoridade, o que levou o sistema escolar a se tornar uma questão política (esfera política e esfera pública/social) em detrimento da vida/esfera privada. Assim, partindo de alguns conceitos, Hannah Arendt formula um juízo crítico àquele contexto vivencial e tenta mostrar que através da crise é possível, a nós seres humanos adultos, retomarmos a reflexão responsável e assumirmos a responsabilidade pelo mundo.

Portanto, entendendo ressonâncias do pensamento arendtiano acerca da crise na educação e assumindo seu conceito sobre a essência da educação, a questão que se coloca para pensarmos não é que mundo temos construído para as nossas crianças; a pergunta que devemos tentar solucionar é se temos educado nossas crianças e jovens para entrarem nesse mundo velho com/como novidades que sanem, um pouco, as situações que nós os adultos estabelecemos.

Assim sendo, nossa pesquisa tem como objetivos: ao explicitar os conceitos arendtianos relacionado à crise na educação, inferir a partir deles o papel do educador/professor e o papel do aluno, o papel da escola e da família no processo de aprendizagem; e, também,

compreender a possibilidade de uma reforma educacional quando cada um assume seu papel dentro desse processo.

Nossa pesquisa trata-se, metodologicamente, de uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico, visando à investigação de alguns materiais literários de Hannah Arendt juntamente com artigos/livros críticos relacionados à temática que desenvolveremos no aspecto macro. A fundamentação teórica se debruça no texto *A Crise na Educação*, de ARENDT (2011). Intentamos como resultado, inicialmente, reaver conceitos-bases de Arendt para a educação e como tais conceitos ressoam ao contexto do século XXI.

Posto isto, o texto que se segue tem por apresentar um pouco do pensamento de Hannah Arendt, principalmente no que concerne à educação. Feito isto, iremos nos aprofundar nos textos citados supra em busca de uma análise/evidência que dialogue e acene as ressonâncias daquele contexto com o nosso contexto.

Temos por foco desenvolver nessa reflexão: a essência da educação, entendida por Arendt e, a partir do que ela considera por essência, analisarmos como a teórica política enxergou a crise na educação em seus dias.

1 Hannah Arendt e a Crise na Educação

1.1 A Essência da Educação segundo Hannah Arendt

Ao apresentar seu pensamento sobre a *Crise na Educação* americana, Arendt não estabeleceu sua crítica a aspectos limítrofes, ou seja, não circunda a questão a especificidade territorial. A teórica política, de modo cirúrgico, questiona o que pensa ser a gênese da crise, a saber, os problemas relacionados à essência da educação. Quando falamos sobre a essência de algo, longe estamos de querer absolutizar aspectos do essencialismo (KNELLER, 1984), mas priorizar aquilo que para Arendt é, no caso da educação, o mais básico e central: a natalidade, o fato de que “todos nascem para um mundo” (ARENDT, 2011, p. 222).

O foco de Hannah Arendt está em tentar discernir a crise na educação – visto pensar a partir dos acontecimentos proporcionados pelo século XX, como as duas grandes guerras mundiais e o que foi deixado por elas. Ela considera o fenômeno da imigração ocasionado pelas guerras e pelo pós-guerra, juntamente com a americanização dos filhos dos imigrantes no novo mundo, o norte-americano, como uma tentativa de impor à educação a produção desse novo mundo, ou seja, “que um mundo novo está sendo construído mediante a educação das crianças” (ARENDT, 2011, p. 226). Esse fato, segundo Hannah Arendt, é o que faz a educação ter se tornado um fator político na América. Dito de outra forma, “manteve-se a ilusão de que, graças

à educação das crianças, um mundo novo se poderia edificar” (COURTINE-DÉNAMY, 1994, p. 272).

Nesse sentido, Arendt ao afirmar que a crise está para além do “por que Joãozinho não sabe ler?”, conclui que a resposta está não no fato de a América não ter alcançado os padrões que designaram para o “Novo Mundo”, mas, opostamente, por terem avançado a ponto de serem os mais modernos nesse quesito (ARENDR, 2011).

Em suma, partimos do pressuposto arendtiano de que a crise contemporânea é uma oportunidade, dentro do espaço-tempo, “de explorar e investigar a essência da questão em tudo aquilo que foi posto a nu, e a essência da questão é a natalidade [...]” (ARENDR, 2011, p.223). Juntamente com esse pressuposto, a crise significa algo: tem por especificidade o retorno ao passado, às questões velhas, a fim de trazer novos paradigmas.

Hannah Arendt é, por assim dizer, a pensadora da natalidade (ARENDR, 2014) e, desse modo, pensa na inovação do presente e do futuro mediante o retorno ao passado, ocasionado pela nova geração que vem ao mundo (TORRES, 2013). É a nova geração que poderá repensar as crises que o mundo moderno gestou e pôs em prática. É a nova geração que tem a oportunidade de agir, mediante a prerrogativa de ser a novidade, sobre esse mundo imposto pela antiga geração.

O que Arendt chama de essência da educação – a natalidade – passa a ser em sua teoria política uma das molas propulsoras da ação. Ela compreende esse conceito determinante como a imortalização das palavras e dos feitos da humanidade. De forma ‘ideal’, ela acredita que a vinda de novos seres humanos ao mundo impulsiona esses, futuramente, pelas ações, a renovarem a vida dos homens e alcançar a imortalidade histórica desses feitos através da memória humana: “Os atos humanos refletem a natalidade humana por começar, dar início a algo novo, e ultrapassam a mortalidade continuando a viver na memória dos homens após a morte de seu autor” (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 434).

A partir dessa mola-mestra que lhe é tão particular, ou seja, a natalidade como centro de seu pensamento político, entende-se o significado em relação à educação: o nascimento de novos homens, o início da vida, aquilo que ela irá chamar de “milagre que salva o mundo” é a manifestação e o vir-a-ser da ação que esses novos seres serão capazes, isso pelo simples fato do nascimento. Por isso a educação tem como essência o vir-a-ser no mundo, essa possibilidade tão cara onde cada criança e jovem tem a oportunidade consigo de trazer esperança às crises do mundo.

Mas, o que seria essa crise para Arendt?

1.2 A Crise na Educação

Hannah Arendt divide seu texto em quatro partes. Faremos o esforço de esboçar e refletir sobre seu pensamento em relação ao que chamou de *A Crise na Educação*.

A modernidade trouxe com ela a crise dos referenciais. A própria tradição antiga e a da Idade Média perdeu sua primazia no mundo moderno sob a ilusão de um novo mundo desconectado de sua história, de seu passado. A crise surge quando essa ilusão é dissipada e a realidade é posta em cheque frente aos fracassos. Em Arendt, tanto as Revoluções quanto os sistemas políticos totalitários expõem a queda desse pensamento desligado da tradição e da autoridade, errando por não olhar o passado com novo olhar – isso não quer dizer retomar uma tradição como absoluta, mas reinventar o mundo a partir do que já vivenciamos no mundo. Uma vez que o ‘fio da tradição’ rompeu-se, é necessária a tentativa de compreensão de como esse passado pode ser preservado em nossa memória, sem a exaltação da tradição.

Hannah Arendt vai trazer essa perspectiva ao denunciar uma crise na educação. Esse abandono coletivo do passado e de suas riquezas, em tempos atuais, “priva a humanidade das profundezas da existência humana”, provocando no sistema educacional uma forte perda do senso comum, do senso de pertença, o que resulta na má formação universitária dos alunos (FRY, 2010, p. 107). Portanto, o conflito moderno com a tradição e a autoridade desenrolou alguns problemas na América do Norte concernentes ao papel do ensino nas escolas e o próprio papel do professor.

Arendt acusa o sistema educacional norte-americano e seu progressismo denunciando três pressupostos que evidenciam o que havia se tornado a Educação naquele país, tendo como resultado a atual crise: 1) foi dada às crianças uma autonomia em sala de aula, autonomia essa que gerou um mundo e uma sociedade própria formada por/entre crianças, onde o regimento desse mundo é infligido por elas mesmas; 2) com a influência da psicologia moderna e de princípios do pragmatismo, a Pedagogia cedeu ao ensino geral, onde o professor perdeu – ou se submeteu – sua autoridade como aquele que conhece sua matéria, tornando-se alguém que ensina qualquer coisa; 3) essa falta de capacitação e liquidificação do papel do professor torna explícita uma crise da aprendizagem: a substituição do aprendizado pelo ‘saber-fazer’ pragmático; dito de outra forma, a mudança do ensino de conhecimentos específicos e úteis por habilidades técnicas (ARENDR, 2011).

Tais pressupostos, de acordo com a biografa de Hannah Arendt, Young-Bruehl, infere:

[...] priva artificialmente as crianças de seu tempo-espaco protegido, pré-político – a escola; por destruir a autoridade natural que os professores devem ter sobre as crianças; e por compeli-las a se portar como pequenos adultos, com opinião própria.

Os adultos não devem, afirmava, renunciar às suas responsabilidades pelas crianças enquanto crianças, não devem recusar às crianças um período protegido para a maturação, para estarem à vontade no mundo (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 285).

A crítica de Arendt a esses pressupostos traz luz a algumas inversões. A aprendizagem da criança passou a ser em busca de habilidades e não do ensino de conhecimentos – o que torna as instituições de ensino em meras instituições vocacionais. Ela chama essa inversão de “a substituição da aprendizagem pelo fazer e do trabalho pelo brincar” (ARENDR, 2011, p. 232). O problema dessa “fórmula pragmática” é que “tende a tornar absoluto o mundo da infância”, e “sob o pretexto de respeitar a independência da criança, ela é excluída do mundo dos adultos e mantida artificialmente no seu próprio mundo [...]” (ARENDR, 2011, p. 233).

Arendt entende que a criança “[...] é um ser humano em desenvolvimento, de que a infância é uma etapa temporária, uma preparação para a condição adulta” (ARENDR, 2011, p. 233); entende que a criança, ou os recém-chegados ao mundo “não se acham acabados, mas em um estado de vir a ser” (ARENDR, 2011, p. 234).

Assim, a criança, objeto da educação, possui para o educador um duplo aspecto: é nova em um mundo que lhe é estranho e se encontra em processo de formação; é um novo ser humano e é um ser humano em formação. Esse duplo aspecto [...] corresponde a um duplo relacionamento, o relacionamento com o mundo, de um lado, e com a vida, de outro. [...] Mas a criança só é nova em relação a um mundo que existia antes dela, que continuará após sua morte e no qual transcorrerá sua vida (ARENDR, 2011, p. 235).

Posto isto, esse tipo de reforma educacional na América do Norte desvinculava o contato pré-político da criança com o mundo dos adultos, com a autoridade do professor em relação ao conhecimento e, como consequência, da tradição do passado como vínculo entre o velho e novo, o que impossibilitaria a nova geração de pensar o hoje e o amanhã. À vista disso, Arendt aponta que ao introduzir os filhos em ‘um mundo’, os pais “assumem na educação a responsabilidade, ao mesmo tempo, pela vida e desenvolvimento da criança e pela continuidade do mundo” (ARENDR, 2011, p. 235).

A Educação não é o espaço para a Política. Arendt irá deduzir que uma vez introduzido no ambiente de ensino (no caso, a escola) os aspectos do mundo público e político – que não condiz com a formação pré-política – a criança é desfavorecida pelo fato de não poder concorrer com esse mundo dos adultos. Para ela, o lugar tradicional da criança é a família, ou seja, a esfera privada do lar. Por mais que a escola seja o primeiro passo dessa criança em direção ao mundo, ao contato e convívio social e pré-político,

[...] a escola não é de modo algum o mundo e não deve fingir sê-lo; ela é, em vez disso, a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o

fíto de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo. [...] Na medida em que a criança não tem familiaridade com o mundo, deve-se introduzi-la ao poucos a ele; na medida em que ela é nova, deve-se cuidar para que essa coisa nova chegue à fruição em relação ao mundo como ele é (ARENDDT, 2011, p. 238-239).

Na lógica arendtiana, daí se dá a autoridade que o professor deve encarnar e encarar. É o educador quem deve se responsabilizar pela inserção da nova geração dentro de um mundo criado pelas gerações anteriores. Essa responsabilidade não é arbitrária e sim implícita na tarefa dos adultos, dos educadores de forma geral.

A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo. Face à criança, é como se ele fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: – Isso é o nosso mundo (ARENDDT, 2011, p. 239)

A crítica de Arendt está relacionada, portanto, à perda dessa responsabilidade e da autoridade na educação, provinda da educação moderna, em que os próprios responsáveis pela educação e ensino das crianças e jovens se desencorajaram e se desqualificaram frente à modernidade e sua atrativa forma de tratar a Educação. Como aponta Ferraro, em sua resenha: “a humanidade se recusa a assumir um compromisso de cuidado com o mundo frente às novas gerações” (FERRARO, 2015, p. 188). Conforme os educadores Maria Rita e André Duarte, em artigo, “a crise na educação é também uma crise da autoridade legítima, isto é, uma crise de estabilidade, tanto do conhecimento quanto do próprio sentido de responsabilidade dos professores e dos adultos pelo mundo em que vivem” (CÉSAR & DUARTE, 2010, p. 829).

Ligado a essa instabilidade, Hannah Arendt ainda enfatiza a crise da tradição – nossa atitude frente ao passado – ressaltando que a perda da responsabilidade e da autoridade na educação instituiu o não compromisso do educador como mediador entre o presente e o passado (ARENDDT, 2011).

A consequência imediata da crise – tratando como irrelevante a nova geração (natalidade), frente à irresponsabilidade dos professores em assumir seu papel como educadores e representantes do mundo, ao falhar em fazer a conexão devida da história passada com a história presente da humanidade – se concretiza na falta de amor pelo mundo presente e pelo mundo que está por acontecer.

1.3 A Essência e a Crise Moderna da Educação

Como vimos supra, Hannah Arendt entende a natalidade – a chegada ao mundo – como a essência da educação. Alinhada com o pensamento de uma figura religiosa, a de

Agostinho de Hipona, Arendt parte da compreensão de que o nascimento de uma nova vida é a oportunidade de algo novo e singular, podendo influir no/sobre o mundo (ARENDR, 1997). Arendt desloca o conceito de natalidade de sua dissertação sobre *o amor em Santo Agostinho*, dando a ele um sentido político existencial e não mais teológico. Essa perspectiva relaciona-se com a educação de modo paradoxal, ao mesmo tempo em que se completam nas fases respectivas da condição humana (ARENDR, 2014).

Enquanto a natalidade nos fala de um ser humano novo entrando em um mundo velho com toda a possibilidade e expectativa de renovo sobre o mundo, a educação *não é* o meio ou o canal por onde essa novidade transborda para o mundo: eis o paradoxo! Assim, “[...] não cabe à educação trazer a novidade ao mundo, pois ela deve voltar-se para o conhecimento daquilo que já é, ou seja, do presente e do passado” (CÉSAR & DUARTE, 2010, p. 828). Entendido de que a educação é o espaço do conhecimento para a criança e o jovem, esse quando alcançar a maturidade poderá dialogar com o mundo, pois

[...] o novo somente advém ao mundo por meio da atividade política coletiva, mediada pela discussão entre adultos que aceitam a exigência da persuasão e da troca de opiniões. Tal atividade política pressupõe a educação e não é, pois, coisa para jovens e crianças (CÉSAR & DUARTE, 2010, p. 828).

Nascer e se preparar (no caso, via educação escolar) através do conhecimento do mundo é o que, para Correia, “[...] é como um milagre que salva o mundo de sua ruína”, ou seja, “a capacidade de agir, de iniciar algo novo [...] está fundada no fato do nascimento” (CORREIA, 2007, p.10). Sendo assim, a essência da educação, que ligada à construção do conhecimento como o preparo da criança e do jovem, ocasiona o agir desse ser em esperança no amor ao mundo que o cerca.

É nesse contexto que Hannah Arendt avalia a crise da educação como um problema político e não apenas um problema pedagógico. É político porque envolve o afastamento da educação em si e do contato conservador com os alunos, emaranhando-se com as novas metodologias pedagógicas e o pragmatismo. Para Arendt, o “[...] conservadorismo no sentido de conservação”, de conservar algo necessário, “[...] faz parte da essência educacional, cuja tarefa é sempre abrigar e proteger alguma coisa – a criança contra o mundo, o mundo contra a criança, o novo contra o velho, o velho contra o novo” (ARENDR, 2011, p. 242).

Ao considerar a natalidade como essência da educação, onde as crianças passam a ocupar um mundo velho e novo mediado pela escola; ao deduzir que a educação e a política não se aliam por causa da imaturidade da criança e do jovem frente ao diálogo público; é refletindo acerca da tradição e da responsabilidade que os adultos têm por apresentar a história

e o mundo comum a todos, que Hannah Arendt irá dizer que a crise é sempre uma oportunidade para pensarmos o significado da educação.

Sendo assim, é diante dessa expectativa que a teórica política vai reafirmar nosso compromisso com a educação, sem que cheguemos “[...] ao ponto de pedir às crianças para mudar o mundo ou melhora-lo”, ou que procuremos “conduzir nossas batalhas políticas no pátio de recreação das escolas” (ADLER, 2014, p. 386). A esperança, para Arendt, se encontra em que:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar o mundo comum (ARENDR, 2011, p. 247).

É desse modo que todos, no exercício da pedagogia, devemos constantemente nos questionar: *o quanto amamos a educação*, a ponto de exercitarmos nosso pensamento à proposta arendtiana de: *o quanto amamos o mundo?*

1.4 Reflexões sobre Little Rock: Esboçando a essência da Educação em meio à questão racial

Como já dissemos, é em *Reflexões sobre Little Rock*, inicialmente, onde Hannah Arendt irá propor algumas ideias que serão mais bem elaboradas no texto posterior: *A Crise na Educação* – o que foi nossa tentativa de expor acima. O contexto por trás de *Reflexões* pode ser resumido a partir da não concordância de Hannah Arendt em relação a um ocorrido relacionado à *integração racial* acontecendo na escola. Sua *Reflexões* tem início a partir de uma foto publicada, em que ela irá analisar e interpretar: a foto retrata uma menina negra saindo da escola e sendo escoltada por um homem branco (amigo do pai da menina) e uma multidão (turba) alvoroçada em protesto. O problema: a menina fora integrada numa escola de brancos a partir de uma lei de integração racial que ocorreu no estado de Arkansas.

Para Celso Lafer, o artigo de Arendt argumentou “que não deveria ser a escola, mas sim as leis de miscigenação e a integração no transporte público, os itens prioritários da batalha pela incorporação igualitária dos negros do Sul dos EUA” (LAFER in: ARENDR, 2008, pp. 302-303).

O texto, então, nos é importante pelo fato de que a integração racial estava acontecendo em uma escola tornada recém-integrada – situação que Hannah Arendt não

concordava –, onde do ponto de vista arendtiano, a situação afetava tão somente as próprias crianças e seu relacionamento entre as dimensões do privado e do social (ARENDDT, 2004).

A partir de questionamentos gerados numa conversa dela para consigo mesma, – tendo em vista a foto da menina negra publicada – referentes à posição que ela tomaria se estivesse no lugar de uma “mãe negra” e de uma “mãe branca do sul”, e da pergunta relacionada à distinção do “modo de vida sulista do modo de vida americano em relação à questão da cor” (Cf. ARENDT, 2004, pp. 261-264), Arendt irá indagar como um problema dessa grandeza nacional pode ser resolvido, a começar, pelas escolas públicas sulistas?

Tendo essas indagações como princípio de sua reflexão, o que nós queremos considerar desse texto de Arendt são algumas conclusões que ‘tocam’ nossa própria reflexão sobre a essência da educação. O que Hannah Arendt irá achar chocante foi “a decisão federal de iniciar o processo de integração, dentre todos os lugares, nas escolas públicas” (ARENDDT, 2004, p. 271).

Certamente não havia necessidade de muita imaginação para ver que isso sobrecarregaria as crianças, brancas e pretas, com a elaboração de um problema que os adultos por gerações se confessam incapazes de resolver [...] A fotografia me pareceu uma caricatura fantástica da educação progressista que, abolindo a autoridade dos adultos, nega implicitamente a sua responsabilidade pelo mundo em que puseram os filhos e recusa o dever de guiar as crianças por esse mundo. Chegamos ao ponto em se solicita às crianças que mudem e melhorem o mundo? (ARENDDT, 2004, pp. 271-272).

Essa pergunta – *Chegamos ao ponto em se solicita às crianças que mudem e melhorem o mundo?* – refere-se aquilo que já dissemos acima. Para Arendt, não são as crianças que devem tomar posição ou dialogar em relação às questões de cunho político que desaguam no âmbito social. Quando o conceito de essência da educação, ou seja, a novidade que a natalidade ou o nascimento de novas pessoas num mundo é posto em confronto com as decisões dos adultos de deixarem as crianças assumirem certos riscos, Arendt irá contestar os limites daquilo que designou como espaço político, espaço público/social e espaço privado. Além dessa recusa e partindo dela, Arendt inicia o pensamento referente à responsabilidade dos adultos – no caso dos pais das crianças – em resolverem seus assuntos pela via política e não deixando para as crianças o papel desse enfrentamento.

Já é sabido, a partir do que biografou Young-Bruehl (1997), que a moldura por trás de *Reflexões sobre Little Rock* são as proposições que Hannah Arendt estava desenvolvendo em seu livro *A condição humana* (2014). Por razão de personalidade, Arendt trata nesse artigo *Reflexões* assuntos que ainda não haviam sido expostos à crítica da academia intelectual de seu tempo. Por isso, a controvérsia que está por trás de sua razão, não exporemos aqui neste ensaio.

O que fica claro sobre esse artigo encomendado a Hannah Arendt é a proposta de que o espaço privado de uma criança, o lar, estava sendo indevidamente conflitado com o espaço público/social (o primeiro contato da criança com o mundo construído pelos homens), e que esse conflito era demasiado confuso para que as crianças tivessem que lutar e opinar – uma vez que as crianças não têm condição nenhuma de dar opiniões relacionadas à esfera pública e política, pois estão em fase de aprendizado acerca desses mundos que, futuramente, enfrentarão.

As crianças são, em primeiro lugar, parte da família e do lar, e isso significa que são ou deveriam ser criadas naquela atmosfera de exclusividade idiossincrática que transforma uma casa num lar, forte e seguro o suficiente para proteger os mais jovens contra as exigências da esfera social e as responsabilidades da esfera política [...] Para a própria criança, a escola é o primeiro lugar fora de casa em que ela estabelece contato com o mundo público que a rodeia e à sua família. Esse mundo público não é político, mas social, e a escola é para a criança o que um emprego é para um adulto. A única diferença é que o elemento de livre escolha que, numa sociedade livre, existe pelo menos em princípio na escolha de empregos e associações a eles conectados, ainda não está à disposição da criança, mas continua em poder dos pais (ARENDR, 2004, pp. 279, 280).

É por pensar e se convencer que a “educação não deveria ser o único e nem mesmo o mais importante caminho para se atingir uma mudança social ou política” (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 285), uma vez que a escola é o meio e lugar para o aprendizado acerca do mundo em que um dia agirão sobre, que Hannah Arendt irá escrever *A Crise na Educação*.

Consideração Final

De modo geral, Hannah Arendt por meio de sua crítica à educação quer esclarecer e reavivar a responsabilidade pelo mundo e a responsabilidade pela história, o passado de todos os habitantes desse mundo. A perda da autoridade, o abandono da tradição e as propostas de um novo mundo sem a presentificação do passado, podam as novas gerações do conhecimento e, de certa forma, limitam o mundo pré-político desses. Uma vez que, aos que nasceram e fazem parte da história da humanidade, é pelo conhecimento desse passado e dessa tradição que podemos conservar – mediados pela educação – o mundo velho e desancorarmos rumo à fundação de um mundo novo.

Essa é a preocupação de Arendt e o cerne de sua crítica à crise estabelecida em seu tempo, na América do Norte. Utilizando seus conceitos teóricos sobre a natalidade, a tradição e a autoridade, ela assenta a base para fazer uma crítica à educação, apontando alguns pressupostos que, a seu ver, ocasionaram, juntamente com os acontecimentos do séc. XX, a

instabilidade no meio educacional. Essa instabilidade acabou transpondo para além dos muros da educação a realidade política concernente aos adultos.

Entendemos que sua preocupação, a partir de *A Crise na Educação*, está em mostrar que a educação não consiste em inculcar nas crianças e jovens uma arte de viver, ou seja, que a escola não está para ensinar como se deve viver a vida. Acima disso, o papel da escola deve ser ensinar as crianças e jovens acerca do mundo, ensinar “um mundo” a eles. E esse ensino consiste em apropriações indispensáveis e contextuais do passado, o que possibilitará a eles um futuro novo.

REFERÊNCIAS

ADLER, L. *Nos passos de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

ARENDT, H. *O conceito de amor em santo Agostinho*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

_____. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: CIA das Letras, 2004.

_____. Posfácio de Celso Lafer – Hannah Arendt: Vida e obra. In: ARENDT, H. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: CIA dos Livros, 2008.

_____. A crise na educação. In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

CÉSAR, M. R. de A. & DUARTE, A. Hannah Arendt: pensar a crise da educação no mundo contemporâneo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n.3 p. 823-837, set/dez. 2010. Acesso: 21/10/2017, <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a12.pdf>

CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

COURTINE-DÉNAMY, Sylvie. *Hannah Arendt*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FERRARO, José L. S. A crise na educação entre o passado e o futuro. [Resenha]. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 185-190, jan/jun. 2015. Acesso: 21/10/2017, <http://reveistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito>

FRY, K. A. *Compreender Hannah Arendt*. Petrópolis: Vozes, 2010.

KNELLER, G. F. *Introdução à filosofia da educação*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1984.

TORRES, A. P. R. *Direito e política em Hannah Arendt*. São Paulo: Loyola, 2013.

YOUNG-BRUEHL, E. *Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

Recebido: Janeiro de 2018

Aceito: Março de 2018